

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. Resenha por Adriana Almeida Sales de Melo. (Professora Associada da Universidade de Brasília).

Adriana Sales de Melo¹

No começo do século XXI, o Brasil viveu uma guinada à esquerda em sua social-democracia de viés neoliberal. Tendo como uma de suas ações mais importantes os programas de redistribuição de renda e assistência social, além do tremendo esforço em criação e recriação dos marcos legais garantidores de direitos da pessoa, das minorias, das mulheres; o Governo Lula se consolidou estimulando e possibilitando a criação de canais democráticos para a voz das multidões e interesses populares.

Embora tenhamos vivido anos de governos de coalizão política, mantendo nas políticas educacionais, por exemplo, as políticas do governo anterior de possibilitar grandes repasses de dinheiro público para a iniciativa privada por diversas formas legais, tivemos grandes avanços, que julgávamos permanentes historicamente: como a ampliação da universalização da educação básica e a própria consolidação do conceito de educação básica, incluindo a educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Estávamos errados e o texto que o Prof. Leandro Konder escreveu em 1977 e que líamos como se fosse uma história de ontem, história da ditadura militar fascista e ao mesmo tempo nacionalista e desenvolvimentista se mostra hoje um texto atual e a “Introdução ao fascismo” torna-se novamente de leitura obrigatória para as gerações que hoje estão enfrentando uma fase espantosamente conservadora de influência do capital financeiro em nossas políticas sociais, espalhando pela mídia ideias racistas, homofóbicas, machistas, de intolerância geral contra o outro e contra as políticas sociais tão duramente e coletivamente construídas nas últimas décadas. Como uma ferramenta a mais para a luta, à resenha.

Publicado em 1977 pela Edições do Graal, com orelha/apresentação de Luiz Werneck Viana, o livro de Leandro Konder intitulado “Introdução ao Fascismo” é composto de três partes, uma conclusão e uma bibliografia que envolve: os representantes clássicos e precursores do fascismo, a literatura de apoio “ao desenvolvimento, à difusão e à concretização das diretrizes essenciais do fascismo” (basicamente de origem alemã e italiana) e relação de livros que abordam o fascismo (também em francês e inglês). Tendo sido lançado em pleno período de ditadura militar, além de texto de profunda erudição e aprofundamento filosófico e político, foi também um ato de grande coragem de todos os envolvidos em sua publicação. Como diz Luiz W. Viana na sua apresentação, o autor “firma o estatuto científico do seu objeto de pesquisa”, alinhando-o ao conceito de “instrumento de violência política do grande capital, especialmente do financeiro”.

Seguindo a forma do livro, a primeira parte intitulada “O conceito de fascismo” (p.3-21) tem como objetivo fazer um alerta ao leitor sobre a bibliografia produzida sobre o tema, que vai desde a propaganda direta em prol do fascismo quanto a formulações liberais, ou mesmo obras críticas diversas de

cunho socialista, sem que, no entanto tenham contribuído para o seu esclarecimento, mais do que à sua repulsa. Seu objetivo declarado será então a intenção de “facilitar a participação do público brasileiro na importante batalha teórica que vem sendo travada há várias décadas no interior da literatura sobre o fascismo” (p.4).

O autor começa chamando a atenção para a especificidade do fascismo, que não se reduz aos conceitos de ditadura e autoritarismo, de despotismo ou outros movimentos reacionários, pois o fascismo italiano dos anos 20 e o nazismo alemão dos anos 30, de Mussolini e Hitler, seriam pioneiros de “uma nova concepção política de direita” (p.5). Além da doutrinação, o conservadorismo envolve ações reais de energia material repressiva, de forma pragmática e radical, rompendo profundamente com a necessidade de articulação da prática com uma teoria que a sustente. Retirando o marxismo de seu contexto historicizante e rompendo com a unidade de teoria e prática, Mussolini, por exemplo, se utilizou de conceitos de Marx como o de luta de classes, interpretando-o como uma “realidade trágica insuperável”, justificando assim a necessidade da formação de uma elite condutora da revolução, que agisse de forma enérgica e controladora, a fim de disciplinar a própria classe trabalhadora.

Negar o bolchevismo exigia que se afirmasse algo em seu lugar e Mussolini escolheu os conceitos de pátria, de nação, de grandeza da nação para acentuar o caráter pragmático radical e mítico do fascismo, construindo a imagem de uma nação proletária em luta fervorosa contra seus inimigos. O nazismo hitleriano também identificava nacional e social. Tais afirmações uniam aos mesmos ideais de libertação pátria os trabalhadores e os capitalistas de ambos os países, todos em luta contra as outras nações que os queriam subjugar com seu imperialismo.

Manipulando as massas populares, o fascismo assumiu desde sua origem formas populistas intensamente demagógicas, transformando a defesa da nação em um nacionalismo defensivo de forma agressiva e feroz, acentuando argumentos segregacionistas como o racismo e também o chauvinismo. A proclamada união nacional (das classes sociais) se mostra como uma solução agregadora quanto aos males causados pelo próprio capitalismo, como uma valorização do que é comum aos povos das nações, que o autor chama de “demagogia nacionalisteira”. A comunidade popular dos alemães, o pertencimento à raça ariana, a herança italiana da grandeza romana fazem parte dos usos do mito da nação, acentuando o chauvinismo fascista. No entanto, Konder chama a atenção para que, ao invés de ficarmos impressionados com as monstruosidades do fascismo ou desenvolvermos simplesmente uma repulsa à sua história, não devemos renunciar à necessidade de analisá-lo.

Outro elemento forte na disseminação do fascismo e seu pragmatismo radical foram os métodos de propaganda e consumo dirigido para a sociedade de massas. Mussolini soube bem construir a imagem de líder enérgico, ativo, cheio de vitalidade e capacidade, assim como Hitler falava diretamente com o povo com seus discursos através do rádio; líderes que se articulavam diretamente com o povo e transmitiam uma confiança de identidade de ideais disfarçando, porém o caráter profundamente conservador do fascismo.

No entanto, uma questão tem que ser feita: quem investe para que tal propaganda consiga atingir toda uma nação? Segundo o autor, o apoio financeiro para o fascismo e o nazismo veio de grandes

industriais, da fusão entre o capital bancário com o capital industrial, ou seja, do capital financeiro. Na Itália, o grupo Ilva, da siderurgia e outros grandes produtores capitalistas apoiaram Mussolini por uma coalizão liberal-conservadora e na Alemanha as indústrias químicas e siderúrgicas, assim como os banqueiros, faziam parte do público de Hitler em seus discursos no Clube das Indústrias de Dusseldorf. Concentração do capital e interdependência entre os monopólios deveria atuar lado a lado com um Estado forte que os apoiassem, embora desse Estado se esperasse uma mínima intervenção na economia. Para conceituar o fascismo citamos o autor: “(...) é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital (...)” (p.21); de caráter conservador, embora com uma imagem de modernidade e modernização, chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário.

A segunda parte do livro é intitulada de “Como o fascismo “clássico” foi interpretado na sua época” (p.23-59) e, com relação à sua genealogia, o autor escolhe endossar o ponto de vista de Lukács, para conceituar o fascismo como fenômeno moderno; que o afirma ao mesmo tempo como uma reunião de várias linhas de pensamento reacionário que – por seu caráter pragmático – não tinha a intenção de construir uma teoria com rigor ou coerência. No entanto, nos avisa o autor, isso não deve servir para afirmar que o fascismo não tivesse armas ideológicas com raízes profundas no pensamento do século XIX e XX.

Tendo sua origem em diversos autores racistas, de caráter fanaticamente religioso de “demonização” dos movimentos de esquerda, o autor associa o fascismo italiano de Mussolini a Sorel e Nietzsche, com os ideais heróicos e violentos associados a uma ética aristocrática; o fascismo de Hitler a algo de Nietzsche e também de Düring, Bötticher e Chamberlain; o fascismo francês de Mauras e Daudet ao racismo e conservadorismo de autores como Gobineau e Joseph de Maistre. Atribuindo ao fascismo francês uma desunião interna, volta nosso olhar para a Itália.

Lançado por Benito Mussolini, o termo fascismo faria alusão tanto às faixas atadas pelos romanos aos cabos dos machados utilizados para decapitar cerimonialmente os inimigos da ordem, quanto às uniões populares do final do século XIX na Itália. *Fasci* de camponeses a reivindicar contratos agrários melhores e *fasci* patrióticos impressionaram Mussolini que, discordando de seu Partido Socialista quanto à entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, foi um ferrenho defensor da causa intervencionista e fundou seu próprio jornal, o “*Popolo D'Italia*”, financiado por diversos empresários, entre eles representantes das empresas Edison, Unione Zuccheri, Fiat e Ansaldo. A Itália, afinal, entrou na guerra e o processo acentuou a concentração da indústria italiana (a Fiat decuplicou seu capital) deixando a massa trabalhadora à mercê da inflação. Juntando-se às mobilizações da população descontente, 500.000 ex-combatentes voltavam às suas vilas e famílias com dificuldades para se reintegrar ao trabalho e recuperar seu status social.

Ele próprio ex-combatente, Mussolini abraçou sua causa, mudando o subtítulo do seu jornal de “*Giorlane Socialista*” para “*Organo dei Combattenti e Produttori*”, somando-se à luta contra o que dizia serem os grandes responsáveis pela crise: a democracia e o socialismo. O argumento era o de que, apesar do país

saído vitorioso da Guerra, os dirigentes liberais-democratas entregaram seu destino às forças imperialistas, trairando sua pátria. Também o Partido Socialista, já apoiando a revolução leninista, é acusado de caráter antinacional. Como o sucesso de tais movimentos, em 1919 Mussolini, “*Il Duce*”, funda os “*Fascio di Combattimento*”.

Movimento não programático, os novos *fasci* vão desde um primeiro momento de impropérios e ações violentas, instintivas e impulsivas – como a depredação do jornal socialista milanês “*Avanti!*” – a ações mais calculadas, a fim de imprimir uma ordenação e unidade ao movimento.

Cito aqui uma frase de Leandro Konder que chama nossa atenção para a situação política atual do Brasil, quanto ao ressurgimento de partidos políticos e movimentos sociais que se autodenominam de conservadores: “A esquerda, em geral, sentiu desde o começo a mais viva repulsa pelo movimento liderado por Mussolini. Mas não se empenhou a fundo em analisá-lo em seus primeiros passos, na medida em que não lhe reconhecia grande importância” (p.33); desconhecendo a unidade orgânica e os novos traços que o movimento, depois transformado em partido político, estava a tomar.

À época, Konder nos mostra que autores socialistas e conservadores procuraram fazer a interpretação do fascismo, ora atribuindo seu poder aglutinador à figura “diabólica” de Mussolini, ora reconhecendo a participação de banqueiros, industriais, comerciantes, ex-soldados, oficiais, pequeno-burgueses, desempregados e até operários em suas fileiras. De qualquer modo, acreditavam ser este um fenômeno restrito à Itália e de curta duração. Konder cita um artigo de A. Gramsci no jornal socialista “*Avanti!*” já em 1920, que apontava pioneiramente que “o fenômeno do fascismo não é somente italiano, tal como não é somente italiana a formação do partido comunista” (p.35).

Se alguns autores percebiam o caráter hegemônico da pequena burguesia no fascismo italiano, outros reforçavam suas raízes na burguesia industrial e também na burguesia agrária, acrescentando que os fascistas andavam sempre a procurar uma “nação” que carregasse a retórica demagógica da perfeição e do progresso do “Estado Ético”.

Em profunda negação do materialismo histórico, o fascismo de Mussolini fundava-se em princípios idealistas de santidade e heroísmo e o fascismo de Hitler afirmava que o marxismo seria uma “teoria da inveja”, que diminuía o “valor da pessoa humana”, voltando-se para o egoísmo e a falta de ideais. Setores da vanguarda intelectual e artística da época somavam forças a tal idealismo de conteúdo positivista e negador da materialidade e da história.

Já na Alemanha, ao fim da Primeira Guerra Mundial, a população se rebelava quanto à imposição dos vencedores quanto à perda de território, colônias e redução do exército. À massa dos operários descontentes, juntava-se um coro contra a traição tanto de “judeus apátridas” (p.43), quanto de “agitadores comunistas” (p.43). Tal descontentamento auxiliou na criação de organizações nacionalistas de extrema direita.

Fundado em 1919 na Baviera, o Partido Nazista teve inicialmente o nome de Partido Operário Alemão e depois Partido Operário Alemão Nacional-Socialista, tendo inicialmente reivindicado causas como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Explica-nos o autor: “Como os socialistas

(*Sozialisten*) eram chamados de *sozi*, os nacionais-socialistas passaram a ser chamados de *nazi* (daí “nazista”)” (p.44).

O Partido Nazista alemão se recuperou de dissoluções internas depois da crise econômica de 1929, com o apoio do capital financeiro à causa de Hitler. A crise atingiu a Alemanha com um número crescente de desempregados, um governo a governar com base em decretos emergenciais e Hitler é nomeado chanceler em 1933, só saindo do poder com sua morte. O fascismo tornou-se aos poucos uma tendência mundial. O 7º. Congresso da III Internacional, que assumiu posição antifascista, em aliança com a social-democracia, conceituou o fascismo como a “ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (p.50).

Contendo a inflação, construindo autoestradas, ampliando o mercado de trabalho e suspendendo o desemprego, a popularidade de Hitler cresceu no final dos anos 30. O autor nos conta que, na França, o Partido Comunista se recusava a apoiar a Alemanha nazista, o que deixou sua posição muito frágil, após o pacto de Stálin com a Alemanha em 1939, colocando o PC francês na resistência contra o nazismo e não alinhado com o “pacto anti-imperialista”. Na Espanha, Franco acaba impondo sua insurreição fascista e a URSS teria interpretado o fascismo como expressão do capital financeiro, se opondo à Alemanha e Itália e aliando-se aos EUA e Inglaterra.

Na campanha militar nazista alemã, que ocasionou a II Guerra Mundial, depois da conquista de nove países, lançando-se contra a URSS, Hitler amarga a perda que vai ocasionar sua derrota total, não sem antes tentar salvar o governo do *Duce* frente à ocupação das tropas norte-americanas e inglesas na Itália, numa derrota fatal do fascismo “clássico”.

A terceira parte do texto: “A discussão sobre o fascismo depois da morte de Hitler e Mussolini” (p.61-91), afirma que, derrotada como uma “terceira via” ao capitalismo e ao socialismo, a coalizão nazi-fascista foi interpretada também como resultado do apoio da indústria pesada e alta finanças alemãs na reorganização nacional pós-guerra como uma economia de guerra.

Como tentativa de analisar o que ocorreu na ascensão do nazi-fascismo, Leandro Konder chama nossa atenção para a posição de Benedetto Croce, com sua posição de resistência liberal a Mussolini, mesmo tendo o italiano se negado a analisar o seu surgimento em relação com os conflitos de classe.

Na Alemanha, as interpretações vão desde a “desnaturação”, com a tecnificação da vida e afastamento do padrão social e espiritual alemão, ao entusiasmo com o caráter “revolucionário” do nazi-fascismo, à crítica do fascismo como “totalitarismo”; como o fez Hannah Arendt em seu livro de 1951: “as origens do totalitarismo”, onde enfatiza o recrutamento das massas desorganizadas famintas por organização política.

Entre outras interpretações do fascismo como totalitarismo, aponta alguns autores que vão desde infundadas atribuições ao pensamento dialético hegeliano, à culpabilização biográfica a Hitler e Mussolini, como líderes autoritários. No entanto, os regimes de Salazar e Franco, tentando uma sobrevivência para além do fascismo, ainda conseguiram certo reconhecimento do “mundo livre”, contradizendo ao conceito de “totalitarismo”. Entre outras teses menos influentes, o autor enfatiza a do “fascismo militarismo” e o “fascismo bonapartismo”: o primeiro, com a militarização da vida política e das forças

armadas, assim como com a supressão do parlamentarismo; o segundo, com a situação de crise levando a um governo militar.

Quanto à relação entre o fascismo e o avanço da industrialização, Konder cita a posição de autores que atribuíram ao fascismo a capacidade de acelerar o processo de industrialização, sem, no entanto, associar tal processo ao próprio capitalismo.

Como críticos, o autor cita o pensamento de W. Reich e dos teóricos da Escola de Frankfurt. Wilhelm Reich teria criticado as versões “economicistas” do marxismo, analisando as tradições educacionais repressivas burguesas, que facilitavam a formação de pessoas a serem recrutadas para as fileiras das organizações fascistas, acentuando as questões políticas e diminuindo o papel do capital financeiro na sua interpretação. Quanto à Escola de Frankfurt, além da análise crítica do papel da sociedade burguesa na formação dos quadros fascistas, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm e outros também fazem a crítica à deformação ideológica provocada pela sociedade capitalista; a partir principalmente das ideias de Marx e em confronto com Lukács. Os efeitos devastadores da manipulação dos indivíduos pelo capitalismo e pela indústria cultural se construíram como base para sua crítica, embora nem sempre para a sua ação.

Como conclusão, em “A situação atual das controvérsias em torno do fascismo” (p.93-112), Konder enfatiza a interpretação do fascismo como um movimento de massas, mobilizando personalidades e gente de toda a espécie, desde a gente do povo a sofrer a guerra aos carrascos nazistas que, mesmo responsáveis pessoalmente pela tortura e morte de milhões de pessoas, afirmavam que estavam apenas cumprindo ordens como bons patriotas. Se nos países socialistas o fascismo clássico (de Hitler e Mussolini) foi erradicado no final da guerra, nos países capitalistas se reorganizaram aos poucos, como no Partido da Direita Alemã, criado em 1946; escondendo o fascismo no interior de partidos conservadores “respeitáveis”; como o Partido Social Democrático alemão – que houvera sido o partido de Marx, Engels e Rosa Luxemburgo. Regimes como os de Dolfuss, na Áustria, o de Franco, na Espanha e o de Salazar em Portugal mesclavam resquícios do fascismo “clássico” com novas posturas conservadoras, embora tendo enfrentado grandes derrotas. Konder também cita, entre os modelos de regime neofascista ou facistóide a Coréia do Sul e o Chile depois de Allende, ou na Argentina depois de Perón, entre outros, como exemplos de deslocamentos para a direita na esteira do fortalecimento do capital financeiro. Cita também movimentos na direção keynesiana que relacionavam a defesa do capitalismo com a necessidade de enfraquecimento das liberdades públicas e da democracia.

Ao contrário de autores conservadores que afirmam o desaparecimento do fascismo com sua derrota no final da II Guerra, Konder nos lembra das afirmações de Palmiro Togliatti, que advertia que o fascismo tem que ser considerado em seu desenvolvimento histórico e não somente como modelo de um regime finalizado. Há elementos de continuidade e descontinuidade no capitalismo do começo do século e do final dos anos setenta, como o aprofundamento do processo de concentração do capital, criador de grandes monopólios privados ou, por outro lado, com o Estado sendo forçado a investir na pesquisa científica para a inovação tecnológica que vai beneficiar os próprios capitalistas.

Enfim, antes das indicações bibliográficas relacionadas no início da presente resenha, Leandro Konder encerra o texto com as afirmações de que, se alguns mitos fascistas como os racistas e do antissemitismo estariam desgastados – lembrando que o livro foi publicado no Brasil de 1977 – a “demonização” do socialismo estaria bem viva e eficaz para a manutenção de regimes conservadores, em defesa do capitalismo financeiro; chamando a atenção para a manipulação da “maioria silenciosa”, que não vai mais para as ruas com cruzeiros suásticas nas costas, mas ficaria discretamente em casa “entregue ao consumo de coca-cola e da televisão” (p.112); mantendo os fascistas mais prudentes e discretos, esperando o momento certo para ressuscitar.

Notas:

¹ Professora associada da Universidade de Brasília, pesquisadora dos mestrados profissional e acadêmico em educação da Faculdade de Educação. Doutorado em Educação (Unicamp), com produção científica na área de política educacional. Email: adrianasalesdemelo@gmail.com

Recebido em: 13/07/2017

Aprovado em: 02/08/2017